



## 16<sup>a</sup> LEGISLATURA

### 2<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 7<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

#### REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2022

Às dezenove horas e trinta e dois minutos do dia vinte um de março do ano de dois mil e vinte dois, iniciou-se a Sétima Sessão Ordinária, da Segunda Sessão Legislativa, da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba, através do sistema de deliberação digital, em razão de o Plenário da CMI estar em manutenção, conduzida pelo Presidente Vereador Elísio Sgrott, que após a verificação do quórum regimental, declarou aberta a Quarta Sessão Ordinária e solicitou ao Primeiro Secretário, Vereador Renato Carlos de Figueiredo, a leitura da Ata da Sexta Sessão Ordinária, da Segunda Sessão Legislativa, da Décima Sexta Legislatura, realizada no dia quatorze de fevereiro do ano de dois mil e vinte dois. Pela ordem, o Vereador Humberto Carlos dos Santos requereu a dispensa da leitura da Ata. Em discussão, não houve oradores e, em votação, o requerimento verbal formulado pelo Vereador Humberto Carlos dos Santos foi aprovado. Na sequência, o Presidente colocou em votação a Ata da Sexta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa, da Décima Sexta Legislatura, sendo a mesma aprovada sem retificação. Dando continuidade à Sessão, o Presidente solicitou ao Secretário a leitura das matérias do **Grande Expediente**, sendo estes: **Expedientes do Legislativo Municipal: Moção de Congratulação nº /2022 de autoria do Vereador Humberto Carlos dos Santos; Indicação nº 0074/2022 de autoria do Vereador Leonir de Souza; Indicação nº 0075/2022 de autoria do Vereador Bruno Pacheco da Costa; Indicação nº 0076/2022 de autoria do Vereador Rafael Mello da Silva; Indicações nº 0077/2022, 0078/2022 e 0079/2022 de autoria do Vereador Thiago da Rosa e Ofício nº 04/2022 do Gabinete do Vereador Michell Nunes. Expedientes Externos: Resposta da CELESC sobre a Indicação nº 0056/2022 de autoria do Vereador Michell Nunes; Ofício nº 0032/2022 do Senador Espiridião Amim; Expediente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina enviada por E-mail (Convite para Audiência Pública: discussão do Projeto de Lei nº 253/2018); Comunicação de Celebração de Convênio; Expediente da CACS/FUNDEB; Ofício nº 18/2022 da Escola de Educação Básica Profº Marcílio Dias Santiago e Ofício nº 18/2022 da EPAGRI.** Dando continuidade à Sessão, o Presidente declarou aberta a **Ordem do Dia** e registrou a presença dos Vereadores: Bruno Pacheco da Costa, Eduardo Faustina da Rosa, Deivid Rafael Aquino, Elísio Sgrott, Gilberto Pereira, Humberto Carlos dos Santos, Leonir de Sousa, Manoel de Souza (o Lelo), Matheus Paladini Pereira, Michell Nunes, Rafael Mello da Silva, Renato Carlos de Figueiredo e Thiago da Rosa. Na sequência, solicitou a leitura do **Projeto de Lei Complementar nº 519/2022, que altera a redação da Lei Complementar nº 5.192, de 01 de março de 2021, que dispõe**

Visto do Presidente	Visto do Secretário	Fls.: 45	Responsável
---------------------	---------------------	-------------	-------------



**sobre a reestruturação Organizacional do Poder Executivo do Município de Imbituba, e dá outras providências.** O Presidente consultou as Comissões que se manifestaram favoráveis à tramitação do Projeto. Em discussão, o Vereador Matheus Paladini Pereira declarou que em comparação ao Projeto do ano passado que tratou sobre o mesmo tema, ou seja, do Projeto de Lei nº 5.192/2021 houve um aumento de 30 cargos comissionados e 21 de função gratificada para servidores efetivos. Então, qual a justificada apresentada pelo Executivo Municipal para o referido aumento de servidores comissionados e das funções gratificada? Indagou o Vereador Matheus. Com a palavra, o Vereador Eduardo Faustina da Rosa destacou que o Projeto de Lei Complementar em discussão visa trazer uma nova reestruturação ao Poder Executivo para atender as necessidades atuais da gestão, em virtude do déficit de servidores públicos municipais. Com a palavra, o Vereador Renato Carlos de Figueiredo reforçou a opinião do Vereador Eduardo, acrescentando que uma das origens para criação dos novos cargos e funções gratificadas no Executivo Municipal vem do Programa de Demissão Voluntária – PDV, que fez com que mais de 150 servidores municipais aderissem ao mesmo, o que acarretou um déficit de mão de obra no serviço público municipal. Por isso, o motivo das novas contratações e a instituição de novas funções gratificadas. Com a palavra, o Vereador Gilberto Pereira declarou que o Executivo Municipal viu a necessidade de uma nova composição de servidores no serviço público municipal, haja vista o PDV e as próprias necessidades atuais do Executivo. Após, o Presidente repassou a condução dos trabalhos ao Vice-Presidente, Vereador Deivid Rafael Aquino, para participar da discussão. Com a palavra, o Vereador Elísio Sgrott declarou que o Projeto teve anuência das Secretarias Municipais para vir a Plenário e trata-se de uma reestruturação organizacional do Poder Público Municipal, o que prova a necessidade atual de contratações de novos servidores públicos municipais, ainda que, nesse primeiro momento comissionados. Contudo, em breve concursos públicos também devem ser abertos para preenchimento de vagas por servidores municipais efetivos. Com a palavra, o Vereador Michell Nunes declarou que trata-se de uma farra completa com o nosso dinheiro, enquanto servidores efetivos há anos amargam pequenas reposições salariais e veem seu provimentos serem comidos pela inflação, o Executivo Municipal vem com esta ação populista honrar compromissos assumidos para dar emprego a desempregados nas urnas, mas aliados e amigos partidários do Prefeito e também de Vereadores aliados ao Prefeito. Em aparte, o Vereador Matheus Paladini Pereira destacou que não foi o PDV que originou a criação de mais 30 cargos de provimento em comissão e 21 de funções gratificadas, mas sim os conchavos políticos assumidos para ter sucesso na eleição municipal passada. Com a palavra, o Vereador Rafael Mello da Silva declarou que enquanto o Executivo está contratando 30 servidores de provimento em comissão e criando 20 funções gratificadas, os servidores efetivos não são valorizados em seus Planos de Carreiras. Sobre as demissões do PDV, o Vereador Rafael disse que é a favor da reposição dos mesmos através de concurso público, conforme art. 37 da C/F. Em aparte, o Vereador Renato Carlos de Figueiredo destacou que a Lei 173/2020 impediu uma justa e maior valorização dos servidores efetivos. Todavia, com o

Visto do Presidente	Visto do Secretário	Fls.: 46	Responsável
---------------------	---------------------	-------------	-------------



fim da pandemia certamente isso será possível. Com a palavra, o Vereador Thiago da Rosa destacou que já é um compromisso do Executivo Municipal trazer à Plenário a nova faixa salarial dos servidores efetivos municipais, uma vez que muitas classes ainda possuem baixos salários. Em aparte, o Vereador Eduardo Faustina da Rosa destacou que a PMI tem mais de 1000 servidores de carreira. Com efeito, a despesa com pessoal não poderá exceder os percentuais da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com a palavra, o Vereador Humberto Carlos dos Santos destacou que o Executivo Municipal viu a necessidade de uma reestruturação organizacional do serviço público municipal para melhor atender a população. Em votação, o Projeto foi aprovado, por maioria, com votos contrários dos Vereadores Matheus Palidini Pereira, Michell Nunes e Rafael Mello da Silva. A seguir, o Presidente solicitou a leitura do **Projeto de Lei nº 5.429/2022, que acrescenta o Inciso X** no art. 3º da Lei nº 3.849, de 29 de dezembro de 2010, que denomina vias no Bairro Vila Nova, Município de Imbituba, e dá outras providências, bem assim a Emenda encarta do Projeto. O Presidente consultou as Comissões que se manifestaram favoráveis à tramitação da Emenda. Em discussão, não houve oradores e, em votação, a Emenda foi aprovada, por unanimidade. Após, o Presidente consultou as Comissões que se manifestaram favoráveis à tramitação do Projeto com a redação alterada pela emenda nº 01. Em discussão, repassou a condução dos trabalhos ao Vice-Presidente, Vereador Deivid Rafael Aquino, para participar da discussão. Com a palavra, o Vereador Elísio Sgrott declarou que o Projeto visa dar denominação a via que passa a ser chamada de: “Agelina Custódia de Carvalho”. Em votação, o Projeto foi aprovado, por unanimidade, em primeira e segunda votação. A seguir, o Presidente solicitou a leitura do **Projeto de Lei nº 5.438/2022, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Imbituba e dá outras providências, bem como da Emenda apresentada ao Projeto.** O Presidente consultou as Comissões que se manifestaram favoráveis à tramitação da Emenda. Em discussão, não houve oradores e, em votação, a Emenda foi aprovada, por unanimidade. Após, o Presidente consultou as Comissões que se manifestaram favoráveis à tramitação do Projeto com a redação alterada pela emenda nº 01. Em discussão, não houve oradores e, em votação, o Projeto foi aprovado, por unanimidade, em primeira e segunda votação. A seguir, o Presidente solicitou a leitura do **Requerimento nº 0004/2022** que requer à CMI que promova Audiência Pública para oportunizar ao Poder Executivo prestar informações acerca do andamento da revisão geral do Plano Diretor do Município de Imbituba. Em discussão, o Vereador Propositor declarou que o objetivo da Projeto e de criar a obrigação para que seja realizada uma Audiência Pública para tratar da revisão geral do Plano Diretor de Imbituba. Para o parlamentar, o Plano Diretor é de extrema importância para o município, visto que serve como instrumento para nortear a política de desenvolvimento e se nos consideramos que há 16 anos (2005) não se faz essa revisão, isso é um prejuízo muito grande. Temos várias empresas querendo se instalar em Imbituba, para gerar empregos, gerar renda, mas, às vezes, existe conflito de zoneamento que pode interferir diretamente nesse desiderato. “Por isso, precisamos cobrar para que esta Audiência aconteça e o Plano Diretor

Visto do Presidente	Visto do Secretário	Fls.: 47	Responsável
---------------------	---------------------	-------------	-------------



venha para Câmara para que a gente possa fazer essa revisão e assim contribuir para o desenvolvimento do nosso município”, finaliza o Vereador. Com a palavra, o Vereador Propositor Humberto Carlos dos Santos destacou que com a revisão do Plano Diretor será possível realizar o planejamento do município para os próximos anos como, por exemplo, regularizar as atuais zonas urbanas e, ao mesmo tempo, propor outras para desta forma incentivar o desenvolvimento da cidade em geral. Com a palavra, o Vereador Rafael Mello da Silva parabenizou os Vereadores Propositores pela iniciativa, bem assim ressaltou que a atualização do Plano Diretor de Imbituba dará um passo importante para, de fato, enfrentar os seus problemas, entre eles, o da regularização fundiária. Com a palavra, o Vereador Gilberto Pereira declarou que esta é uma reivindicação da população que vem se arrastando há anos, impedindo que muitas empresas se instalem no município, devido à insegurança jurídica, muito bem ressaltada pelo Vereador Propositor Eduardo Faustina da Rosa, uma vez que o Plano Diretor atual restringe em muito o zoneamento de produção industrial no município. Em aparte, o Vereador Eduardo destacou que o Projeto da revisão do Plano Diretor deveria ser encaminhado à CMI no final de 2020, mas até agora nada. Com a palavra, o Vereador Michell Nunes declarou que o Plano Diretor orienta o crescimento urbano da cidade para os próximos anos. E é elaborado com a participação da sociedade civil, o Plano Diretor define ações para reorganizar os espaços urbanísticos e garantir melhor qualidade de vida para a população. Por essa razão, parabenizou os Vereadores Propositores: Eduardo Faustina da Rosa e Humberto Carlos dos Santos. Com a palavra, o Vereador Matheus Paladini Pereira também parabenizou os Vereadores Propositores pela iniciativa, bem assim ressaltou a importância da contribuição da população e que elas sejam levadas em consideração na revisão do Plano Diretor. Com a palavra, o Vereador Thiago da Rosa também ressaltou a importância da revisão do Plano Diretor, todavia, solicitou que o mesmo seja discutido de forma democrática e ouvindo todos os setores da sociedade. Após, o Presidente repassou a condução dos trabalhos ao Vice-Presidente, Vereador Deivid Rafael Aquino, para participar da discussão. Com a palavra, o Vereador Elísio Sgrott parabenizou os Vereadores Propositores. De acordo com o parlamentar, a revisão atrasou por conta da pandemia da Covid 19. Contudo, também entende que a revisão é necessária para avaliar o sistema atual de planejamento, buscando estabelecer novas políticas, diretrizes e instrumentos que permitirão enfrentar os problemas atuais do município. Em votação, o Requerimento foi aprovado, por unanimidade. Finalizada a Ordem do Dia, o Presidente abriu espaço para **Explicações Pessoais**. Com a palavra, o **Vereador Humberto Carlos dos Santos** convidou os demais Vereadores para irem até a cidade de Roncador-PR, amanhã (22.03.2022), às 14:00 horas, numa viagem de ônibus, para conhecerem a Usina de Incineração por Termomagnetismo de resíduos sólidos sem poluir o meio ambiente, com tecnologia inovadora que os transforma em cinzas. Com a palavra, o **Vereador Matheus Paladini Pereira** teceu comentários sobre o problema da destinação dos resíduos sólidos no Município de Imbituba. Por essa razão, solicitou uma solução por parte do Poder Público Municipal. Não havendo mais oradores, passou-se ao **Momento da Presidência**, onde

Visto do Presidente	Visto do Secretário	Fls.: 48	Responsável
---------------------	---------------------	-------------	-------------



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA



Presidente, **Vereador Elísio Sgrott** teceu comentários sobre uma Emenda Parlamentar no valor de R\$ 100.000,00 de origem do Senador Esperidião Amim para a área da Saúde do Município de Imbituba. E não havendo mais nada a tratar, o Presidente convocou os Vereadores para a 8ª Sessão Ordinária que será levada a efeito no dia 28 de março de 2022, segunda-feira, às 19h30min, na Sede do Poder Legislativo, e agradeceu a presença de todos. Ato contínuo, declarou encerrada a 7ª Sessão Extraordinária e solicitou ao Secretário que redigisse a Ata da mesma.

Imbituba, 21 de março de 2022.

**Elísio Sgrott**  
**Presidente**

**Renato Carlos de Figueiredo**  
**Primeiro-Secretário**

Visto do Presidente	Visto do Secretário	Fls.: 49	Responsável
---------------------	---------------------	-------------	-------------